

APRESENTAÇÃO

Este número da Ruris é resultado, em grande medida, da retomada de um diálogo iniciado há mais de uma década quando pesquisadores de diferentes instituições brasileiras encararam o desafio de debater a partir de diferentes campos de estudos - rural, urbano e indígena - um tema aglutinador e transversal: o território¹. Passados mais dez anos desta publicação, os universos rural e indígena prosseguem marcados como contextos de grande efervescência social e política, em decorrência dos vários processos neles desencadeados, que ao tempo que impõem modalidades variadas de coerção, evidenciam novos atores e novas configurações sociais. No caso brasileiro, assistimos, hoje em dia, a caboclos que se “redescobrem” índios, seringueiros que se “transfiguram” em povos da floresta, ribeirinhos que se “descobrem” população tradicional, trabalhadores rurais que “se tornaram” quilombolas, agricultores tradicionais transmutados em comunidades de fundo de pasto, e mais recentemente populações indígenas que se “tornam” sem-terra, pois numa tentativa de retomada de terras consideradas por eles como ancestrais ocupam uma propriedade ou beiras de estrada e montam acampamentos, estratégias que até pouco tempo atrás estavam relacionadas a trabalhadores rurais. Tais processos atingem tanto grupos étnicos em distintas situações históricas, quanto grupos genericamente denominados tradicionais. Uns e outros estão, em geral, submetidos a relações de dominação que lhes constroem, material e simbolicamente, e em face das quais agem mediante o apelo a novas identidades ou velhas identidades ressignificadas, ou mediante velhas formas de ação

1 Como resultado desse esforço foi publicado o livro *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*, organizado por Emília Pietrafesa de Godoi e Ana Maria Niemeyer (Mercado de Letras, Campinas, SP, 1998).

revestidas de novos conteúdos e demandas. A rigor, essas novas e velhas identidades ou formas de ação constituem escolhas constringidas que, não obstante, revelam a grande plasticidade dos sistemas de classificação social e a fluidez das suas fronteiras. Os conceitos e abordagens analíticas tradicionais têm se mostrado pouco eficazes, do mesmo modo que o tratamento do rural e do indígena como domínios disciplinares tem ameaçado reificar as ricas realidades objetivas que os constituem. Em alguns países da América Central e da América do sul, o estudo do chamado campesinato indígena, como veremos em alguns artigos do dossiê temático deste número da *Ruris*, tem sido um desafio para os estudiosos que partem desde ambas as perspectivas.

Pesquisadores que durante anos realizaram projetos sociais e acadêmicos tendo como foco as populações indígenas e/ou rurais têm se deparado com uma eminente heterogeneidade difícil de ser apreendida através de conceitos e categorias gerais ou de uma perspectiva restrita a construtos disciplinares (estudos rurais, etnologia indígena). Com essa constatação, retomamos, então, no último Encontro de Antropologia do Mercosul, o esforço de colocar em debate trabalhos construídos na intersecção destes campos ².

É deste Encontro que resulta o Dossiê Temático “Estudos Rurais e Etnologia Indígena: encontros e interseções” que apresentamos neste número da *Revista Ruris*. Além dos artigos que compõem o dossiê, abrindo este número da *Ruris* trazemos uma entrevista e para fechá-lo trazemos um artigo.

A entrevista realizada com o professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida, por Guilherme Mansur Dias, atravessa várias questões caras ao nosso debate, e aqui destacamos algumas delas. Com uma visão processual do campo científico, mostramos como o campesinato emerge como uma questão sociológica importante e chega a isso mostrando-nos as rupturas no pensamento antropológico que se estava construindo no e sobre o

2 Trata-se da VIII Réunion de Antropología del Mercosur, ocorrida em Buenos Aires, Argentina, entre os dias 29 de setembro e 02 de outubro de 2009, no âmbito da qual coordenamos o GT Estudios rurales y Etnología indígena: Diálogos e intersecciones. Este GT foi coordenado por Emilia Pietrafesa de Godoi (Depto. de Antropología, Ceres, IFCH-Unicamp), Nashieli Rangel Loera (Ceres, IFCH-Unicamp), Mariano Baez Landa (CIESAS, México) e Josefina Fernández (Cátedra F. Fernández - CLACSO, Argentina). Acordamos que os textos de autores de outros países latino-americanos que compuseram o nosso GT na VIII RAM seriam publicados na *Ruris* e os textos dos autores brasileiros seriam publicados na *Desacatos*, *Revista do CIESAS*, México. Isto explica a composição do dossiê deste número da *Ruris* estar em espanhol.

Brasil e como as interpretações vinham, de certa maneira, sendo reforçadas pela própria produção literária. Um tema central na entrevista são os conflitos agrários, o tratamento a eles conferido pelo Estado, e a atuação do antropólogo nas agências do Estado. Elementos importantes para a compreensão da problemática fundiária brasileira são trazidos nesta entrevista, destacando processos diferenciados de territorialização - expressos em categorias êmicas como “terras de preto”, “terras de santo”, “terras de índio” - dificilmente apreensíveis somente como “questão fundiária”, impondo-se uma reflexão sobre etnicidade e formas de organização política. As reações do Estado frente às demandas dos movimentos sociais por direitos étnicos e territoriais, são, outrossim, um tema de destaque nesta entrevista. O artigo de Mariano Baez Landa abre o dossiê temático e, tal como a entrevista, vem marcado por uma perspectiva processual do campo antropológico, mas, desta vez, no México. A imbricação das interpretações antropológicas com os projetos de nação está posta. Mostra-nos como, em diálogo com as várias correntes do pensamento antropológico, foi se dando a construção do indigenismo como política de Estado no México e como isso implicou na transformação do “índio em camponês”, uma vez que a “comunidade rural” era pensada como sendo “mais integrada” à nação do que a “comunidade indígena”. Era a imagem de um México mestiço e moderno, cosmopolita que se estava a construir e, como mostra o artigo de Mariano Baez Landa, é eclipsado pelo México indígena e rural com a insurreição zapatista ocorrida em 1994.

O artigo de Roger Magazine vem em estreito diálogo com o artigo que o precede. Recupera o processo de “transformação de índios em mestiços” como um projeto do Estado para “modernizar” o país; mais precisamente, trabalha o esforço do Estado em categorizar essas populações como não-indígenas. O autor chama a atenção para o fato de que as categorias “índio” e “mestiço” ou “não-índio”, quando assumidas pelo investigador

sem o confronto com o campo empírico ocultam processos muito mais complexos de mudança social. É através de exemplos de seu trabalho etnográfico realizado em diversos “pueblos” na região de Texcoco, próxima à cidade do México, que o autor vai nos propor uma outra maneira de entender a relação camponês-indígena-urbano, que contraria grande parte das representações históricas e antropológicas, que vêem a experiência da modernidade como uma “força que se impõe e domina” a vida camponesa e indígena, não deixando espaço para a agência destas populações. Mostra-nos que as categorias quando não confrontadas com a realidade empírica podem reificá-la.

No terceiro artigo do dossiê, Elba Soto, que realizou sua pesquisa entre mapuches da VIII região do Bío-Bío no centro sul do Chile, tal como os dois autores anteriores também faz uma leitura crítica de noções e pré-noções, neste caso, sobre o povo mapuche, pré-noções que têm servido de pano de fundo para levar a cabo, por parte do Estado chileno, uma política de intervenção através de projetos que não dialogam com a forma de vida e desenvolvimento social desse povo. A autora expressa abertamente seu posicionamento político e menciona que um dos principais objetivos do seu trabalho é trazer a voz dos mapuches. Assim, a voz dos seus interlocutores é “escutada” pelo leitor através de narrativas que a autora analisa ao longo do texto utilizando-se do método de análise do discurso, numa tentativa de observar a relação entre língua e ideologia e questionar a posição que tem tido o discurso mapuche, não como interlocutor do Estado, mas, como subordinado, nos lembrando, dessa maneira, que a língua é um objeto sócio-histórico.

Os dois últimos artigos que compõem o dossiê, o de Patricia Legarreta e de José Manuel Flores trazem uma análise cuidadosa das evidências empíricas encontradas por eles nas regiões estudadas no México. Ambos os autores analisam situações etnográficas distintas no sul do país— comunidades rurais-indígenas no estado de Oaxaca e em Veracruz respectivamente-

mas que dizem respeito a formas locais de gestão do território. Legarreta analisa duas instituições sociais contemporâneas presentes até hoje na região da Chinantla media (Oaxaca): O Tequio e a Mano vuelta, duas formas de trabalho coletivo adotadas por populações rurais daquela região. Em um contexto de reforma agrária ou distribuição fundiária (1928-1950) a autora demonstra que essas formas de trabalho solidário coletivo tornaram-se fundamentais na disputa pela gestão do território. Ainda, a autora vai enfatizar a existência de distintas percepções históricas, geográficas e sociais de uma região, de um espaço determinado, percepções que dialogam com uma visão de mundo das populações que o habitam e que muitas vezes não correspondem com a visão de antropólogos, historiadores ou representantes do Estado. Para Legarreta, o paradigma do isolamento das comunidades indígenas-camponesas que prevaleceu durante muitos anos no pensamento social mexicano é questionável, pois, como demonstrado na análise, as comunidades da Chinantla nunca estiveram isoladas pois, a troca de bens, serviços, trabalho, e idéias entre distintas localidades sempre foram fundamentais para o sustento e reprodução social das comunidades estudadas.

José Manuel Flores López traz uma interessante análise, de cunho etnográfico, da dinâmica do mercado de terras ejidales no município de Tatahuicapan, especificamente na localidade Piedra Labrada, uma comunidade indígena-camponesa localizada ao sul do país, ancorada na região Sierra de Santa Marta, região que faz parte da Reserva ambiental Los Tuxtlas, no estado de Veracruz. O autor, logo após uma excelente contextualização do processo de reforma agrária -acontecido em todo o território nacional, iniciado em 1917 e que culminou com as reformas constitucionais de 1992- analisa de maneira minuciosa as implicações dessas reformas na organização social do ejido, nas regras de herança, nos mecanismos de gestão e transação das terras e na própria estrutura ejidal. Através da análise dessas

transações de compra-venda do usufruto das terras o autor nos mostra a complexidade e heterogeneidade desse processo e a modificação interna da propriedade social (ejido). Nesse processo, ele demonstra que há uma diversidade de categorias relacionadas com a posse, transação e gestão das terras: ejidatarios, avendados, posesionarios, colonos e rancheros. Para Flores, as transações estão ancoradas em mecanismos de reciprocidade entre vizinhos, parentes e conhecidos e as regras de herança e transmissão da terra muitas vezes vistas e analisadas como tendo características fixas são móveis e podem variar de acordo com múltiplas circunstâncias as quais pais e herdeiros se enfrentam. Para o autor, uma mera análise estatística, sem sustentação empírica e etnográfica, não consegue dar conta de descrever esse dinamismo das relações e transações.

O artigo de Renata Menasche, que fecha este número da Ruris, mesmo não fazendo parte do dossiê, sem dúvida também nos traz contribuições para pensarmos o diálogo entre distintas tradições e campos de estudos, como os estudos rurais e os estudos urbanos. Menasche analisa as percepções que pessoas (agricultores e cidadãos de contextos rurais e urbanos no Rio Grande do Sul) têm do rural, através das suas práticas alimentares. A autora encontra que o rural emerge valorizado e idealizado em determinados contextos e nos descreve, através de exemplos etnográficos e narrativas, mecanismos classificatórios dos alimentos operados e acionados pelos seus interlocutores também em determinados contextos e situações. Sem dúvida, a análise de Menasche nos mostra metodologicamente, um dos caminhos possíveis para ir além da dicotomia rural-urbano e nos faz lembrar que os alimentos efetivamente podem ser “bons para pensar”.

Este número da Ruris, que ora apresentamos, está, pois, composto principalmente por estudos que se apóiam em pesquisas empíricas e pretende produzir no leitor uma reflexão teórico-metodológica e epistemológica, tendo em vista a

produção de um diálogo mais efetivo entre campos de pesquisa comumente pensados como tradições distintas.

Emília Pietrafesa de Godoi
(Departamento de Antropologia,
Ceres, IFCH/Unicamp)

Nashieli Rangel Loera
(Ceres, IFCH/Unicamp)

Campinas (SP), abril de 2011